

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TERESINA: entraves e possibilidades do sistema administrativo para uma educação de qualidade

Izaias da Silva Alves
(Graduando de pedagogia pela UFPI)

Baltazar Campos Cortez
(Professor Doutorando em educação pela UFPI)

RESUMO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritivo, desenvolvido durante o estágio supervisionado em planejamento e gestão da educação, no primeiro semestre de 2012. Seu objetivo é descrever as ações administrativas da Divisão de Educação de Jovens e Adultos de Teresina, para tal, utilizamos entrevista e a observação. A entrevista foi estruturada com questões abertas que buscavam conhecer a estrutura da EJA em Teresina, a forma de planejamento, os projetos realizados, os problemas encontrados e as soluções adotadas para superação. Nas observações, procuramos perceber, além dos dados supramencionados, se as relações estabelecidas na referida Divisão são democráticas ou hierarquizadas. Fundamentamos nosso estudo em Arroyo (2005), Romão (1995), Freire (2000) e Paiva (1987), dentre outros, a fim de compreendermos, à luz do pensamento destes autores, as características presentes no fenômeno estudado e apresentado pelo interlocutor. Analisamos os dados empíricos embasados pela análise de conteúdo categorial proposta por Chizzotti (2008). A Divisão responsável pela organização e desenvolvimento da EJA procura promover uma formação integral. O problema é compreender em que consiste esta interação entre conteúdo formal e conteúdo profissionalizante. Este é o desafio imposto à EJA: trabalhar o conteúdo formal aliado ao preparo para o trabalho. Dentre as ações desenvolvidas pela DEJA, destacamos os ELEJA's, as Olimpíadas de Matemáticas, os Concursos de Redação e os Concursos de Professores Alfabetizadores, estes de iniciativas da Divisão; e, o TELESOL, o TELESOLPRO, o PBA, e o PROEJA em parceria com o MEC e outras instituições.

Palavras-chave: Ações administrativas. Educação formal. Educação profissional. EJA. DEJA.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), na forma como é conhecida hoje, tem ganhado espaço no âmbito das discussões acadêmicas sobre educação. Isso se deve ao crescimento do público atendido por esta modalidade de ensino, a ampliação do campo de atendimento que transcende o da alfabetização contemplando também o Ensino Fundamental e Médio e as especificidades dos sujeitos-alunos (as) da EJA requerer uma atenção diversificada.

Neste trabalho objetivamos descrever ações administrativas da Divisão de Educação de Jovens e Adultos (DEJA) do município de Teresina. Para tal, antes buscamos compreender o conceito de EJA; destacar suas funções enquanto modalidade de ensino e identificar os sujeitos por ela atendidos.

O presente texto está apresentado em três seções. Na primeira, apresentamos o caminho percorrido para construção da pesquisa; na segunda, tecemos uma discussão sobre o conceito, os sujeitos e as funções da Educação de Jovens e Adultos; por fim, na terceira, apresentamos as ações que a DEJA de Teresina tem desenvolvido na tentativa de promover uma educação de qualidade.

Nosso estudo foi construído à luz do pensamento de Arroyo (2005), Romão (1995), Freire (2000) e Paiva (1987), dentre outros. Nestes teóricos, buscamos fincar a base epistemológica para a análise dos dados produzidos. Entretanto, tais dados não foram confrontados com o pensamento dos pesquisadores supramencionados, pois como já destacamos, buscávamos realizar uma descrição.

Para produção de dados, elaboramos algumas questões norteadoras com o intuito de apropriarmos da realidade pesquisada aproximando o máximo possível do fenômeno e evitando equívocos na descrição.

O trabalho que ora dispomos é resultado de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva, pois busca descrever as características do objeto estudado com base no foco abordado: as ações da gestão para EJA. O fenômeno em estudo surge de nossa inquietação enquanto alunos da disciplina Estágio Supervisionado II, do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, em conhecer como se estrutura e como funciona a divisão administrativa de ensino que organiza a EJA em Teresina.

A construção deste estudo faz-se necessário para nós porque estamos em processo de formação para o exercício da docência, mas, sobretudo, por estarmos sendo preparados para a organização e administração do trabalho educativo. Portanto, como futuros pedagogos é imprescindível que conheçamos bem este campo de atuação.

Neste trabalho, procuramos caracterizar o Sistema de Educação Municipal (SEM) de Teresina responsável pela EJA. Tal caracterização se constrói em pilares os quais dispomos aqui para que não se perda a compreensão da tessitura deste relatório: caracterizar a EJA; entender a sua função enquanto modalidade de ensino; conhecer as especificidades de seus sujeitos; e compreender as ações administrativas implementadas na sua concretização. O texto produzido é resultado de estudo desenvolvido durante o primeiro período letivo de 2012. O campo de observação escolhido foi a Divisão de EJA (DEJA) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Teresina. A DEJA é um segmento vinculado à Gerência de Ensino Fundamental (GEF), localizada na Rua Benjamin Constant, 1344, no bairro Centro Teresina, 64000-280, Tel: (86) 3215-7930. Funcionando no horário de 07h30min as 13h30min, com atendimento ao público de segunda-feira a quinta-feira, sendo sexta-feira

destinado para expediente interno. A equipe gestora da DEJA é composta por um Chefe de divisão; um Coordenador de formação; sete Superintendes (coordenadores pedagógicos) que fazem o elo entre as necessidades da escola com a SEMEC. Além disso, tem três técnicos pedagógicos que dão apoio na área administrativa e organização de eventos.

Além da observação *in lócus*, realizamos entrevistas, as quais foram gravadas, com 6 (seis) questões discursivas, sobre a EJA; a forma como a Divisão (repartição administrativa da EJA) estudada trabalha esta modalidade de ensino e quais os projetos desenvolvidos. Os dados produzidos nas entrevistas foram analisados à luz dos teóricos estudados e, em especial, àqueles que se propõem ao campo da pesquisa sobre os sistemas de ensino.

Fundamentamos o nosso estudo nos pensamentos de Cunha (1999), Freire (2000), Silva (2011), Sodré (1994), Paiva (1987) entre outros, a fim de compreendermos, à luz do pensamento destes teóricos, as características presentes no fenômeno estudado e apresentado pelos interlocutores. Analisamos os dados empíricos embasados pela análise categorial de conteúdo proposta por Chizzotti (2008).

CONCEITO, SUJEITOS E FUNÇÕES DA EJA

A forma como ocorreu o povoamento do Brasil e seu desenvolvimento, criando uma concentração de riqueza na mão de uma pequena minoria, contribuiu também para concentração de capital cultural. A educação como bem cultural foi privilégio concedido a poucos por muitos anos.

Marginalizados durante anos, foram construindo um estrato social que, além de representar a “vergonha do país”, tem se tornado um “entrave ao desenvolvimento” nacional, segundo uma concepção estigmatizadora que se constituiu acerca do adulto analfabeto.

Hoje, apesar dos programas reparadores e das políticas de remendo, ainda existem cerca de 9 milhões de analfabetos em todo país. Por isso, consideramos importante discorrermos, neste tópico, sobre o conceito de EJA, sua função e os sujeitos construtores desta específica modalidade de ensino. O Parecer CEB nº: 11/2000, aprovado desde maio de 2000, destaca que “segundo as estatísticas oficiais, o maior número de analfabetos se constitui de pessoas: com mais idade, de regiões pobres e interioranas e provenientes de grupos afro-brasileiros”. (BRASIL, 2000, p. 1). Assim,

A educação de jovens e adultos representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens social, na

escola ou fora dela, e tenham sido força de trabalho empregada na constituição de riqueza e na relação das obras públicas (BRASIL, 2000, p. 2).

A EJA representa a dívida social no sentido de que ela vem tentar sanar ou pelo menos, amenizar os efeitos causados pelos longos anos em que a população pobre do país teve seus direitos roubados.

Consonante com o conceito presente nas DCN's para EJA está o pensamento de Romão (1995) segundo o qual a EJA é uma modalidade de ensino que se integra ao sistema regular de ensino para atender uma clientela marginalizada e excluída da escola na idade própria e que por isso mesmo, observa as especificidades metodológicas para atender esta clientela. O autor, então, destaca o caráter político-social da EJA ao especificá-la como reparadora de um déficit para com uma classe (os menos favorecidos economicamente) e reconhece a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas e vinculadas à realidade do estudante.

Assim, consideramos necessário discutir sobre a identidade destes estudantes. Quais são, afinal, os sujeitos da EJA? Quais suas expectativas? Arroyo (2005) reforça que a EJA tem partido desta pergunta fundamental: “quem são esses jovens e adultos?” e deve orientar sua prática tendo em vista que eles além de serem pessoas que estão tendo uma segunda chance devido à dívida histórica, são jovens e adultos em tempos e percursos próprios da juventude e da vida adulta. Em outras palavras, são pessoas com responsabilidades e obrigações extraescolares.

Estes sujeitos são, na grande maioria, trabalhadoras e trabalhadores, mães e pais de família, muitas delas mães solteiras ou jovens desempregadas que retornam à escola com esperança de que essa lhes proporcione a inserção no mercado de trabalho. Eles também são sujeitos de direitos que precisam da educação não apenas como remédio para curar as mazelas supramencionadas. Mas, sobretudo, para a inserção no campo da cultura, da política e em todos os âmbitos da sociedade como sujeitos autônomos com condições de dialogar com os mais diferentes segmentos sociais.

Paulo Freire (1995), por sua vez, conceitua a EJA como Educação Popular, que assume a postura progressista e democrática que supera a “educação bancária”. Segundo o autor, “a educação popular [...] tenta o esforço necessário de ter no educando um sujeito cognoscente, que, por isso mesmo, se assume como um sujeito em busca de, e não como a pura incidência da ação do educador.” (FREIRE, 1995, p. 14). Então, diante da especificidade e, ao mesmo tempo, da complexidade dos sujeitos da EJA, nos propomos a discutir, também, sobre a função que esta modalidade de ensino desempenha tendo em vista estes sujeitos.

O Parecer CEB 11/2000 traz em seu corpo três funções atribuídas a EJA no Brasil: a função *reparadora*, a função *equalizadora* e a função *qualificadora*.

A primeira, Reparadora,

Significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. (BRASIL, 2000, p. 7).

A função supracitada traz na sua essência a concepção de “dívida histórica”. Ela procura, de fato, reparar uma dívida, mas como se trata de uma dívida histórica, isto é, uma dívida que foi reforçada durante longos séculos e que, por isso mesmo, apresenta obstáculos culturais difíceis de ser superado, o sentido da reparação transcende o da simples oferta da educação nesta modalidade de ensino e passa a ser entendido como garantia de permanência. Esta, por sua vez, só é possível diante de uma transformação conceitual muito mais ampla acerca da educação e do educando que constituem a EJA. Assim, se faz necessário outras funções.

A segunda, Equalizadora,

Vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional, dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. (BRASIL, 2000, p. 9).

A função equalizadora procura amenizar as diferenças existentes entres os sujeitos da EJA. O que se pretende é garantir a permanência e corrigir um erro estigmatizador que contribuiu para excluir cada vez mais os excluídos. Esta função dá ao indivíduo a possibilidade de participar crítica e ativamente dos acontecimentos sociais que o cerca e mesmo de outros acontecimentos que acontecem em outras partes do mundo.

Por fim, a Qualificadora que explicita,

A tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a

educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. (BRASIL, 2000, p. 11).

A função qualificadora coroa, por assim dizer, o sentido da EJA. Pois, se se pretende reparar uma dívida, equalizar desigualdades, o caminho não pode ser outro senão o da qualidade. Não raramente, encontramos educadores que olham a EJA com inferioridade em relação ao “ensino regular”. Isso talvez explique também a falta de disciplinas metodológicas para a EJA nos cursos de formação de professores. Mas, esta visão deve ser desconstruída, porque reforça o preconceito. Se excluirmos esta função, estaremos perpetuando a dívida e tolhendo o processo educativo de jovens e adultos historicamente marginalizados.

Estas três funções resumem bem o sentido da EJA e atribui a ela um aspecto que a faz superar as políticas de remendo implantadas ao longo dos séculos no Brasil. Tal aspecto diz respeito à compreensão da igualdade ontológica do ser humano, propiciando-lhes a inserção no mundo da cultura e garantindo a sua permanência.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TERESINA: ações administrativas

Neste tópico, trataremos mais especificamente da concepção acerca da Educação de Jovens e Adultos no município de Teresina a partir dos dados produzidos na entrevista com o coordenador da Divisão de EJA e nas observações que fizemos durante o estágio nesta repartição. A discussão que se segue é construída a partir da análise dos dados produzidos e fundamentada à luz dos teóricos abordados nas seções anteriores.

Para facilitar a compreensão e construção do estudo, resolvemos transcrever trechos da entrevista:

Grupo - Como está estruturada a EJA atualmente em Teresina?

R - Para responder diretamente a essa pergunta, o município de Teresina oferta Educação de Jovens e Adultos desde os anos de 1980. Agora assim, esta terminologia EJA, ela nasce com a LDB 9394/ 96. Antes era denominada de Educação de Jovens e Adultos não formatizado de Ensino Noturno. No município de Teresina a EJA está organizada hoje com o Ensino Fundamental em dois segmentos; o primeiro segmento de primeira a quarta série e o segundo segmento de quinta a oitava série. É estruturado hoje com uma coordenação geral [...], uma coordenação de formação, os superintendentes (um grupo de seis pessoas que semanalmente visitam as 49 (quarenta e nove) escolas que ofertam EJA. Essas 49 (quarenta e nove) escolas hoje atendem a um público de 4.000 (quatro mil) alunos.

Observem que nosso interlocutor entende por estrutura educacional apenas a estrutura física dos prédios escolares, repartições administrativas, recursos humanos (funcionários) e contingentes assistidos (alunos). Ele ainda começa a dar pistas da forma de

organização do ensino quando cita os dois segmentos. Porém, não destaca que conhecimentos e/ou habilidades são contempladas em cada um deles, nem tampouco as motivações políticas que norteiam o ensino da EJA.

A ênfase nos números demonstra a preocupação com a quantidade em detrimento da qualidade do ensino ofertado semelhante às campanhas de alfabetização em massa destacadas por Paiva (1987). Segundo a autora, uma das razões porque as campanhas de alfabetização fracassavam era a priorização de apenas um dos aspectos da educação (formação para o trabalho) desprezando os demais. Dessa forma, as almejadas metas propostas não foram alcançadas.

Grupo - Existe, hoje, um plano municipal para a Educação de Jovens e Adultos?

R - Sim! Existe! Todo ano a gente começa o ano letivo organizando um plano de Trabalho. Esse plano de trabalho é o plano estratégico da Secretaria. Por sua vez, todas as atividades que nós fazemos aqui seguem uma diretriz nacional. O MEC disponibiliza no sistema uma proposta curricular nacional, todo mundo pode acessar. A gente adequa a proposta curricular do MEC de acordo com a nossa realidade, mas também a escola adequa essas propostas de acordo com sua realidade.

Como fora evidenciado na citação acima existe um plano da Secretaria para EJA. Contudo, ele é pensado separadamente. O planejamento se dá em cadeia semelhante a um “efeito dominó”: o MEC apresenta seu plano, a secretaria faz uma adequação deste à sua realidade, (pelo menos teoricamente, pois não tivemos acesso ao plano). Por fim, a escola adequa o plano da secretaria à sua realidade. Parece um trabalho harmônico, contudo, o que se percebe é uma relação de controle onde o MEC, ao sugerir um plano nacional, induz as secretarias e estas, por sua vez, induz a escola a segui-lo.

Isso explica a escassez de experiências exitosas em EJA, pois, ao desenvolver um plano desvinculado da realidade local, professores e alunos terminam por se renderem frente aos obstáculos encontrados e ao esvaziamento de sentido dos conteúdos abordados.

Planejar é muito mais que traçar uma linha imaginária por onde supostamente se deve seguir. O plano deve surgir de uma realidade concreta como tentativa de superação dos problemas ali existentes.

Grupo - Que projetos estão sendo realizados no campo da Educação de Jovens e Adultos no município de Teresina?

R - Tem, são vários projetos. A SEMEC hoje tem uma parceria com o Alfasol (Alfabetização Solidária), ONG que trabalha na tentativa da redução dos altos índices de analfabetismo no país. Dentro do município de Teresina o projeto Alfasol desenvolve os projetos chamados de Telesol e Telesol Pro, sendo o Telesol Pro mais forte. Qual o objetivo do Telesol Pro? O Telesol Pro trabalha numa vertente profissionalizante voltado para o mercado de trabalho, onde a SEMEC oferta a

educação formal, o currículo comum, ou seja, oferta todas as disciplinas do ensino elementar comum e o Alfasol entram com a parte profissionalizante, oferecendo cursos como comércio e varejo, confeitaria e telesserviço. Nós temos, dentre outros projetos, o PROEJA em parceria com o IFPI, a SEMEC oferta a educação formal e o IFPI entra com os cursos como o de pedreiro e armador. De iniciativa da SEMEC temos o Concurso de Redação da EJA, já na sexta etapa, envolve 100% dos alunos [...]. Temos a Olimpíada de Matemática da EJA, envolvendo todo mundo, e é feito geralmente nos três segmentos (3ª a 4ª série, 5ª a 6ª série e 7ª a 8ª série). Temos também o ELEJA (Encontro de Lideranças Estudantis da EJA), acontece geralmente, no segundo semestre, mas ele começa no primeiro mês das aulas, onde a própria escola com orientação da pedagoga elege os líderes de turma dentro da escola, onde eles fazem discussões. No segundo semestre a gente realiza a culminância do ELEJA. É um grande encontro em que conversamos com essas lideranças, conversamos principalmente, a respeito da perspectiva futura desses alunos da EJA, pois percebemos que eles não têm perspectiva de ter uma formação superior, pois eles acham que não tem condição. Diante disso, nós mostramos a eles que eles têm potencialidades para isso. Realizamos palestras em parceria com acadêmicos de faculdades, onde eles falam sobre PROUNI, FIES, ENEM. Eles mostram para os alunos da EJA que se eles quiserem estudar tem condições. O ELEJA tem o aspecto político. Temos também os fóruns internos da EJA. No ano passado realizamos 16 fóruns. A gente traz para escola pessoas da comunidade, pessoas do próprio sistema (Estado, Município) para fazer palestras para esses alunos. Nós fazemos parceria com a Fundação Wall Ferraz, Secretaria Municipal da Juventude [...]. Neste ano vamos ter o Concurso de Professor Alfabetizador da EJA.

Quanto aos projetos desenvolvidos pela DEJA e listados acima, impera os projetos desenvolvidos por ONG's em parceria com a SEMEC. Estes projetos (Telesol, Alfasol), porém, tem uma metodologia própria que dificilmente se adequa à realidade do aluno, tendo muitas vezes, este último que se ajustar para participar de tais projetos. Outro problema que destacamos com relação a estes projetos é o excesso de preocupação com a formação profissionalizante. Esta postura dá a entender que o problema encontrado pelos sujeitos da EJA, por causa do baixo nível de escolarização, é somente a falta de trabalho. Quando, na verdade, esta é apenas uma das dívidas sociais para com aqueles sujeitos.

Por outro lado, merece destaque os ELEJA's, nos quais são debatidos os anseios dos alunos e alunas da EJA, suas expectativas e enfatizados a importância de se encarar a educação como um processo permanente e inerente à condição inacabada do ser humano defendida por Freire (2000).

Grupo - Quais os principais problemas encontrados hoje na Educação de Jovens e Adultos?

R- A gente acompanha o movimento da EJA como militante desde 2004, participando de encontros municipais, estaduais e nacionais. Identificamos como um dos problemas da EJA a questão do financiamento. Não sei se vocês sabem, o financiamento da EJA só se deu mesmo de 2009 para cá, ou seja, a EJA era atendida como um programa. A partir de 2009 a EJA passa a ser uma política pública assistida por meio do FUNDEB. Quando eu falo política pública é diferente [...]. O investimento custo aluno da EJA pula de R\$ 300,00 por ano para R\$ 1.400,00 por cada matrícula. Hoje temos merenda, transporte, livro didático. Só fundamentando sua pergunta, um grande problema mesmo é que esse dinheiro que vem para a EJA

ele não é gasto necessariamente com a EJA, pois nada obriga o gestor a gastar esse dinheiro na EJA, ele pode gastar com Ensino Fundamental diurno e Educação Infantil. Outra coisa são as políticas locais para formação do professor. [...] Observa-se que ele não passou por um processo de formação contínua. Conseqüentemente, isso fragiliza as políticas de formação, fragilizam os projetos voltados para escola [...]. A consequência final disso é o alto índice de evasão (*esse termo hoje é pouco utilizado na literatura da EJA, pois quando eu falo evasão estou culpando o aluno e me isentando da situação, o termo adequado é exclusão*). A evasão na EJA chega mais de 40% e com a retenção chega a 25% em nível nacional. Porque nossos alunos saem da sala de aula? Porque o currículo não interessa a ele, falta de sensibilidade do professor. Outro problema que podemos destacar é o problema de gestão. O que a gente considera problema de gestão? É quando o gestor não tem um total cuidado com a EJA como ele tem com o ensino diurno [...]. (grifo nosso).

O primeiro problema apontado pelo nosso interlocutor é o do investimento. De fato, a EJA ainda é vista por muitos como um gasto desnecessário e não como um investimento. Ainda permeia, nos setores administrativos, uma concepção preconceituosa semelhante a de Darci Ribeiro que acreditava que a morte dos analfabetos adultos resolveria o problema do analfabetismo (ROMÃO, 1995), preconceito que justificou o descaso das autoridades com esta modalidade de ensino. Este absurdo poderia se tornar verdade se o sistema educacional fortemente marcado pelo paradigma conservador não fosse tão excludente.

Outro problema destacado é o da limitação da formação inicial e continuada para o educador da EJA. A formação inicial pode se dizer que inexistente, haja vista, que uma disciplina de 60 horas, num curso de licenciatura, não habilita ninguém a trabalhar seguramente uma especificidade complexa como a EJA. Junta-se a isso, a má vontade de muitos profissionais em participar de qualificações e a falta de incentivo para tal.

Grupo - Que alternativas se apresentam como soluções destes problemas?

R - Os pesquisadores e teóricos defendem a integração da educação formal com a educação profissional para minimizar a evasão e retenção na EJA [...].

A saída apontada é o óbvio. A integração entre educação formal e educação profissional. Contudo, deve haver a integração de fato e não a sobreposição de uma com relação à outra. Segundo os dados observados, esta proposta tem contribuído para a redução da “exclusão”¹ escolar. Não sabemos, contudo, se elevou juntamente a qualidade do ensino ofertado.

¹ Estamos utilizando este termo como o mais adequado para definir o êxodo escolar que é feito por alunos. Nossa fundamentação é que a educação por si só já é um bem mesmo que ela não nos trouxesse nenhuma vantagem externa a ela. Isso é um fato, tanto, que todos a procuram. Então não parece verídico que alguém o recuse a receber, mas que alguém o recuse a dá. Desta forma, aquele que deixa de frequentar a escola não saiu dela, por assim dizer, mas que foi antes posto para fora por causa das regras de um sistema injusto e excludente que trata os diferentes como iguais negando as necessidades de cada um.

O aluno e aluna da EJA, tratados como “coitadinhos” como se estivesse na situação que estão por causa de um determinismo natural, vê na escola e na educação a superação de sua condição por meio da instrumentalização. Esta, porém, é aplicada tanto no ensino formal (acúmulo de informação) como no ensino técnico (desenvolvimento de uma habilidade profissional). Tomando por base o pensamento de Freire (2000) e a especificidade dos sujeitos da EJA destacadas por Arroyo (2005), a superação dos problemas aludidos anteriormente requer uma tomada de consciência muito mais profunda do que a simples interação entre conteúdos formais e conteúdos profissionalizantes. Conteúdos formais e conteúdos profissionalizantes despolitizados, integrados ou não, intensifica a concepção determinista.

Por outro lado, se o objetivo da educação é formar consciências críticas e não apenas treinar trabalhadores, os alunos e alunas da EJA perceberão que se encontra em tal situação porque foram condicionados por uma realidade excludente, injusta e antidemocrática. Mas, entenderão que condicionamento não é determinismo e que mudar é possível.

A resposta a seguir reforça a concepção do interlocutor na crença de que a integração entre o ensino formal e o ensino profissional é a saída para uma EJA de qualidade.

Grupo - Quais pontos merecem ser destacados entre os objetivos alcançados da implantação da Educação de Jovens e Adultos até hoje?

R - A integração da educação formal e profissional. Quando ocorre isso as necessidades diárias dos alunos são atendidas. Foi dentro dessa vertente que nasceu os programas como: o PROJOVEM e PROEJA [...].

Contudo, o que não se pode perder de vista é o caráter político e social da educação, mesmo estando trabalhando conteúdos formais ou práticos. A dicotomia entre a teoria e a prática é a causa da perda de sentido do ensino e causadora do desinteresse dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repartição, que é responsável pela organização e desenvolvimento da EJA, inclusive pela formação continuada dos professores para o atendimento a esta modalidade de ensino, tem trabalhado no sentido de promover essa formação integral. Muito embora se perda em algumas limitações financeiras, de formação, como destaca nosso interlocutor e divergências conceituais, dentre outras.

O problema é compreender em que consiste esta interação entre conteúdo formal e conteúdo profissionalizante. Este é o desafio imposto à EJA. Trabalhar o conteúdo formal

aliado ao preparo para o trabalho de modo que ele esteja vinculado à realidade dos alunos, mas também, não negar a eles o ensino dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade em detrimento de uma formação técnica qualificadora.

Percebemos que na fala do nosso entrevistado impera uma perspectiva profissionalizante da EJA voltada para o mercado de trabalho. Diante disso, surge uma indagação: será que a ênfase em uma EJA, voltada para o mercado de trabalho não estará excluindo aspectos importantes como o aspecto político e social, por exemplo?

O planejamento que deveria ser feito coletivamente e desenvolvido de baixo para cima, indo da escola até os órgãos administrativos é imposto de forma contrária, ou seja, parte do MEC passando pelas secretarias até chegar às escolas. Mesmo falando-nos que há uma adequação do planejamento ao contexto escolar, esta acontece muito timidamente, já que parte do plano é pré-estabelecido.

Contudo, diante das discussões produzidas ao longo dos anos de história da EJA e diante das reflexões atuais dos fóruns EJA's, organizados em todo o país, temos que admitir que a EJA avançou significativamente, tanto no campo das discussões como na arena da atuação. Um exemplo disso é o ELEJA que tenta construir esta ideia em alunos líderes das turmas, a fim de que estes contagiem os demais e façam com que a EJA supere a visão tradicional e tecnicista que busca apenas instruir o sujeito para exercer uma determinada função (trabalho) no mercado.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de out de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado.

_____. Lei nº 9394. **Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

_____. Parecer CNE/CEB 11/2000 de 9 de junho de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes e Base da educação de jovens e adultos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jun. 2000, Seção 1e, p. 15.

_____. Resolução nº 1/2000, aprovada em: 5 de jul. 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2000, Seção 1, p. 18.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

FREIRE, Paulo. Educação de adultos: algumas reflexões. In: ROMÃO, José Eustáquio (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 14-18.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

ROMÃO, José Eustáquio (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Solange Pereira da. **Situação da educação de jovens e adultos em uma escola da rede pública de ensino**. 2011. Disponível em: < <http://forumeja.org.br/node/589>>. Acesso em: 15 de abr. 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da educação brasileira**. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.